

## **Balança declina e Brasil fica em déficit com países árabes**

*Robson Gisoldi*

Depois de anos de superávit na balança comercial com os países árabes, o Brasil já convive nos primeiros quatro meses do ano com um déficit de aproximadamente US\$ 500 milhões. O motivo seria o aumento de 68,9% das importações de produtos da região somando US\$ 2,9 bilhões, contra uma elevação de 16,5% das exportações, que totalizaram US\$ 2,4 bilhões no período.

Entre os produtos que contribuíram para o avanço do Oriente Médio na economia brasileira estão os fertilizantes e derivados de petróleo, ambos beneficiados com a elevação de preços no mercado internacional.

Os dados foram apresentados no seminário "Brasil-Países Árabes: Negócios, Investimentos e Oportunidades", realizado ontem em São Paulo. O encontro foi promovido pelo Conselho dos Embaixadores dos Países Árabes em parceria com a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira.

Na ocasião, o diretor de Comércio Exterior da Câmara, Michel Abdo Alaby, minimizou o prejuízo e destacou o aumento da corrente comercial. "O déficit é salutar e normal. Mas precisamos observar que o volume total do comércio corrente chegou a US\$ 5,3 bilhões, representando um aumento de 40,5% no período", informou.

Nos últimos dois anos, apesar do superávit, foi possível observar um decréscimo da balança com os países árabes. Em 2006 o saldo fechou em US\$ 1,3 bilhão, já em 2007, houve queda de 60,3%, cravando US\$ 516 milhões de saldo.

Entretanto, Alaby ressalta que existe espaço para o País inserir ainda mais produtos na região. "Muitos acham que são mercados difíceis, mas no mundo moderno não existe isso", afirma. A opinião também é compartilhada pelo presidente da Câmara de Comércio Árabe Brasileira, Antonio Sarkis. "As autoridades brasileiras descobriram as nações árabes na política de diversificação da pauta de exportações", acrescenta Sarkis.

O argumento também é defendido pelo economista do Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo (Corecon), Cláudio Gonçalves. Segundo ele, esse déficit pode ser equacionado rapidamente, uma vez que o Brasil está abrindo mais o mercado de importação e os empresários estão conseguindo conquistar outros mercados. "Sinto que esse dado pode virar um superávit em médio prazo, até porque essa estratégia do governo de diversificação das exportações está dando certo", acredita.

Para Michel Abdo, o cenário econômico dos países árabes é animador. Segundo o especialista, o momento é de crescimento econômico sustentado. Além disso, a abertura progressiva do mercado, o aumento das privatizações e a existência de zonas francas industrializadas em praticamente todos os países do eixo fazem da região um pólo atrativo de investimentos. "Não existe protecionismo e as barreiras tarifárias ficam entre 5% e 40%", informa.

Entre os produtos brasileiros que foram mais comercializados na região no ano passado figuraram as commodities, aeronaves e veículos. Os países que mais compraram do Brasil estavam Arábia Saudita com US\$ 1,4 bilhão, Egito e Emirados Árabes Unidos com US\$ 1,2 bilhão cada um. Em compensação, o Brasil registrou seu maior déficit comercial no ano passado com a Argélia, ficando negativo em US\$ 1,7 bilhão.

Segundo o diretor, o Brasil tem como principais concorrentes do mercado árabe os produtos chineses, europeus e americanos. "O último com menos intensidade", frisa. O representante disse também que o Brasil pode ganhar mercado nos setores de construção, serviços, agroindústria, moda, jóias e turismo.

### **Dois continentes**

O território ocupado pelos países árabes abrange os continentes africano e asiático. Ao todo são 22 nações com costumes diferentes, mas quase todas carregam potenciais financeiros

significativos. A riqueza na maioria das vezes está amparada pelo arsenal petrolífero ou de gás natural.

O grupo é composto por: Arábia Saudita, Argélia, Baharein, Catar, Djibuti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Ilhas Comores, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Omã, Palestina, Síria, Somália, Sudão e Tunísia.

**Fonte: DCI, São Paulo, 3 jun. 2008. Política Econômica, p. A4.**

A utilização deste artigo é exclusivo para fins educacionais.